



07/03/2019

Número: **0800868-47.2018.8.15.0251**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **7ª Vara Mista de Patos**

Última distribuição : **26/02/2018**

Valor da causa: **R\$ 13500.0**

Assuntos: **SEGURO, SEGURO, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
ADVOGADO	ALEXSANDRO LACERDA DE CALDAS
AUTOR	MANOEL GONSALVES DE LIMA
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
12750895	26/02/2018 17:27	Petição Inicial	Petição Inicial

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA ____ VARA
CÍVEL DA COMARCA DE PATOS/PB

PROCEDIMENTO SUMÁRIO- DO ART. 10º DA LEI
6.194/74

MANOEL GONSALVES DE LIMA, brasileiro, casado, aposentado, CPF.: 146.391.494-68, domiciliado na cidade de Patos/PB, onde reside na Rua Porfírio da Costa, nº 98, Bairro Santo Antônio, CEP.: 58.701-040, por intermédio de seu advogado e procurador, "*in fine*" assinado, constituído e habilitado na forma do mandato procuratório em anexo (doc. 01), onde consta endereço profissional do mesmo^[1], vem, respeitosamente perante V. Exa, **OBSERVANDO O PROCEDIMENTO DO ART. 10º DA LEI 6.194/74**, propor a presente.

AÇÃO DE COBRANÇA

Em face da **SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIO DPVAT**, inscrita no CNPJ nº 092.486.08/0001-04, com endereço para citação na Rua Senador Dantas, 74, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP. 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor.

I. DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

O instituto da gratuidade judicial introduzido em nosso ordenamento pela lei 1.060 de 1950 visando garantir a igualdade material entre os que possuem recursos financeiros e os hipossuficientes.

Para garantir a efetividade da norma o legislador definiu quem seriam os beneficiados e os requisitos para sua concessão. Os detentores do direito seriam os pobres na forma da lei. A Lei 1.060/50 (Lei de Assistência Judiciária) definindo como necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem que lhe cause prejuízo ao sustento próprio ou de sua família.

Pelo que se presencia das jurisprudências nossos tribunais reconhecem a vontade da norma e vem decidindo positivamente a gratuidade judicial aos necessitados:

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO -
"A assistência judiciária (Lei 1060/50, na redação da Lei 7510/86) - Para que a parte obtenha o benefício da assistência judiciária, basta a simples afirmação de sua pobreza, até prova em contrário. (art.4º. e §1º.). Compete à parte contrária a oposição à concessão." (STJ-REsp.1009/SP, Min. Nilson Naves, 3a.T., 24.10.89, in DJU 13.11.89, p.17026) in RT 686/185

Assim sendo, por saber-se que a promovente é um pessoa humilde e que sobrevive apenas da sua aposentadoria, sendo assim, enquadra-se nos requisitos da Lei 1.060/50, sendo que este é pobre na forma da lei não podendo suportar as custas processuais nem a verba advocatícia, sem que prejudique o sustento próprio e de sua família, necessitando do amparo da lei 1.060/50, para garantir o seu acesso a justiça e ter o seu direito reconhecido por este Magistrado.

II. DOS FATOS

O promovente foi vítima de um acidente automobilístico no dia 29 de agosto de 2017, por volta das 12h00min, quando estava parado na sua motocicleta, marca/modelo :I/Pashan Jonny Hype 50, Placa:QFQ 2218/PB, em frente a um sinal localizado na rua Porfírio da Costa, e foi atingido por outra motocicleta, que na ocasião caiu ao chão, teve fraturas no ombro direito e sofreu escoriações no joelho, não recebendo nenhuma assistência do piloto da motocicleta que o atingiu, pois o mesmo se evadiu do local, sendo socorrido em primeiro momento por populares e em seguida pelo seu filho que o levou para o Hospital Regional de Patos-PB, tudo conforme ficha de atendimento ambulatorial, em anexo.

Ocorre que devido ao sinistro, o promovente veio a sofrer de uma imobilização temporária no seu braço direito, ficando assim caracterizado a sua invalidez temporária, conforme laudo do médico do dia 14/09/2017, que atendeu e acompanhou o promovente, e no retorno o mesmo médico encaminhou o promovente para a realização de fisioterapia para fins de reabilitação motora, conforme solicitação do médico ortopedista no dia 28/10/2017 em anexo.

O promovente deu entrada administrativamente contra a promovida, nº do sinistro 3180028754 com auxílio da MD ASSESSORIA SEGURO DPVAT, recebendo como resposta da promovida a negativa técnica, ou seja, teve o pedido de indenização negado pela seguradora, o que por lei é de direito do promovente.

Desta feita, restando presentes os requisitos para o requerimento do Seguro Obrigatório, ou seja, Seguro DPVAT, vem o autor requerer a condenação da promovida no valor máximo obtida pela tabela em casos de sequela.

III. DO DIREITO

A pretensão autoral encontra respaldo em nosso ordenamento jurídico, mais precisamente no art. 3º, caput, e Inc. II, da Lei 6.194/74, senão vejamos:

Art. 3.º **Os danos pessoais cobertos pelo seguro** estabelecido no art. 2.º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total **ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

Outrossim, o art. 5º do mesmo diploma legal leciona que:

Art. 5º - **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Desta forma, resta evidente o dever de indenizar da promovida, uma vez que está plenamente demonstrado o acidente automobilístico que causou ao promovente uma sequela temporária.

Neste sentido acosta Jurisprudência:

ACIDENTE DE TRÂNSITO - MORTE - SEGURO OBRIGATÓRIO - AUSÊNCIA - IRRELEVÂNCIA - INDENIZAÇÃO DEVIDA - ILEGITIMIDADE INDIVIDUAL DE SEGURADORA REPELIDA - Sendo ela credenciada para operar DPVAT, pode ser acionada. Convênio particular entre seguradoras estabelecendo consórcio. Aceitação. Desnecessidade de prévia regulamentação oficial. Inteligência do art. 7º da lei nº 6.194/74 com a redação da lei nº 8.441/92. Inconstitucionalidade não-acolhida. (TAPR - AC 0078541900 - 1ª C. Cív. - Rel. Juiz Cunha Ribas - DJPR 04.08.95)

Ação de cobrança - Seguro obrigatório - DPVAT - Pagamento do prêmio - Comprovação - Desnecessidade - Documentos necessários - Seguro obrigatório. Veículo não identificado. Acidente anterior à modificação da Lei nº 6.194/74 pela Lei nº 8.441/92. Responsabilidade de qualquer seguradora - Fixação em salário mínimo - Possibilidade - Não revogação do art. 3º da Lei nº 6.194/74, recepcionada pela Carta da República - Sentença que condena seguradora a pagar a indenização - Validade - Cobrança

procedente - Recurso não provido. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório, **pouco importando que o veículo esteja a descoberto, eis que a responsabilidade em tal caso decorre do próprio sistema legal de proteção, ainda que esteja o veículo identificado tanto que a lei comanda que a seguradora que comprovar o pagamento da indenização pode haver do responsável o que efetivamente pagou.** Norma que visa proteger o segurado ou beneficiário hipossuficiente na relação contratual, o valor devido é aquele previsto no art. 3º, da Lei nº 6.194/74, que não foi revogada pela Lei nº 6.205/75 e Lei nº 6.243/77, sendo a lei ordinária primitiva recepcionada pela Constituição Federal de 1988. A fixação da indenização em salários mínimos não constitui violação à norma constitucional, haja vista que não pode ser interpretado como fator de correção e sim base do *quantum* a ser indenizado. A indenização devida à pessoa vitimada decorrente do chamado Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), se não identificado o veículo pode ser cobrado de qualquer seguradora que opere no complexo, mesmo tendo ocorrido a modificação da Lei nº 6.194/74 pela Lei nº 8.441/92 e antes da formação do consórcio de seguradoras". **(1ª Turma Recursal de Divinópolis - Rec. nº 223.04.140706-3 - Juiz José Maria dos Reis). Boletim nº 78**

Desta feita, seja pela riqueza de legislação aplicável ao caso em apreço, ou mesmo pela farta jurisprudência alhures citada, resta mais do que demonstrado o resguardo jurídico da parte autora.

IV. DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Por todo o acima exposto, requer:

- a) **A concessão dos beneplácitos da assistência judiciária gratuita,** por ser a autora pobre na acepção jurídica do termo;
- b) **A citação/intimação,** da empresa promovida no endereço contido no preâmbulo da presente peça, para comparecer a audiência conciliatória a ser designada por Vossa Excelência, oportunidade em que, querendo, poderá ofertar a defesa que lhe couber, cientificando-a dos efeitos de sua inércia art. 334 do CPC,
- c) Que ao final seja a presente demanda julgada **TOTALMENTE PROCEDENTE**, para o fim de condenar a promovida a pagar a autora o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme previsão legal do art. 3º, Inc. II da Lei 6.194/74;

- d) Ainda requer, que seja condenada a parte promovida ao pagamento de honorários advocatícios no importe de 20% do valor da causa conforme preceitua o NCPC;
- e) Requer, outrossim, a condenação da promovida nas custas judiciais e honorários advocatícios em 20% do valor da causa.

Protesta, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, inclusive as moralmente legítimas, notadamente farta prova documental acostada, oitiva de testemunhas, juntada posterior de documentos e laudo médico do ortopedista responsável pelo atendimento e acompanhamento do reclamante até o final da sua recuperação .

Dar-se a causa para efeitos de alçada o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos,

Pede deferimento.

Patos - PB, 22 de fevereiro de 2018.

Alexsandro Lacerda de Caldas
ADVOGADO – OAB/PB 16.857

Jerceanne Gomes Fontes Nóbrega
Bacharela em Direito